



O CUMPRIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS MARCAS DO ANALFABETISMO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Isabela Cristiny Isidro da Silva ¹
Viviane Silva Cabral ²
Maria Valdenice Resende Soares ³

RESUMO

No Brasil, como um direito social, a educação é constitucionalmente assegurada a todos e, portanto, considerando o percurso histórico, social e cultural do país, deveria atender efetivamente a sua pluralidade, de forma equigual. Há, contudo, um descompasso entre o pensado, desejado, e a realidade concretizada. Nessa perspectiva, entendemos que o cumprimento desse direito ainda não é garantido e que isto pode ser constatado no não acesso à educação e não permanência de vários sujeitos em instituições educacionais, o que acarreta, com maior vigor, o alto índice de analfabetismo no país. Nesse sentido, com uma abordagem reflexiva, o presente artigo objetiva identificar alguns dos aspectos que contribuíram e continuam a contribuir para o alto índice de analfabetismo no Brasil, de modo a enfatizar a dicotomia existente entre o direito à educação e o acesso à educação. Para tanto, como aporte teórico, apoiamos-nos em AGLIARDI (2013), MACHADO (2016), SOARES (2005), SILVA (2018) e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ademais, tomamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir da qual, apresentamos como resultado final a corroboração da ideia de que diversos fatores, como os econômicos, sociais e culturais, promovem o alto índice de analfabetismo no Brasil, os quais estão refletidos, dentre outras circunstâncias, na ausência e não persistência de jovens e adultos no acesso à escola, não pretendendo esgotar esta reflexão e nem limitar os aspectos marcantes do analfabetismo no país.

Palavras-chave: Analfabetismo, Direito à educação, Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cristiny767@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vivianesilvacabral123@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, valdenicejp@hotmail.com.



A Constituição Federal de 1988 prevê a educação como um direito, constituído como um bem público, fundamental para a efetivação de demais direitos essenciais a promoção humana e ao pleno exercício da cidadania. Contudo, ainda há uma acentuada dissonância entre o assegurado no texto Constitucional e a realidade que de fato se concretiza na vida de muitos sujeitos ao longo do processo histórico, social e educacional do Brasil. Diante dessa realidade, somos levados a nos questionar: Quais os aspectos que permeiam a divergência entre o direito à educação e o acesso à educação? Considerando o cenário cultural, econômico e político, em que se alicerçou o desenvolvimento histórico do Brasil, uma série de aspectos estabeleceu-se como contribuinte para a concretização de uma dívida educacional do país para com o seu povo.

O presente trabalho tem como objetivo identificar alguns desses aspectos e refletir sobre como estes contribuíram e continuam a contribuir para o alto índice de analfabetismo no país, apresentando reflexões acerca das suas consequências no cotidiano de homens e mulheres que não conseguiram ter acesso a educação escolar em idade regular e enfatizando a dicotomia existente entre o direito à educação e o acesso à educação. A importância de se perceber os aspectos e de se considerar a perspectiva social e educacional que permeia a conjuntura histórica do Brasil está no poder intervir de forma consciente e transformadora na realidade que ainda assola a educação brasileira e que tem como consequência maior o analfabetismo, e é exatamente nisto que se encontra a relevância desta produção.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo contou com estudos bibliográficos, considerando as perspectivas de AGLIARDI (2013), MACHADO (2016), SOARES (2005), SILVA (2018) e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No que se refere ao percurso de estudo e produção, corroboramos que diversos fatores, como os econômicos, sociais e culturais, promovem o alto índice de analfabetismo no Brasil, os quais estão refletidos, dentre outras circunstâncias, na ausência e não persistência de jovens e adultos no acesso à escola, e que a desigualdade social é um dos mais intensos desses aspectos, de modo a contribuir para a perpetuação de uma educação que desconsidera a equidade nas oportunidades educacionais.

METODOLOGIA



A realização desta pesquisa deu-se a partir da disciplina de Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qual realizamos uma atividade de escrita textual com base nos estudos realizados durante o percurso da disciplina. Nesse processo percebemos a problemática aqui colocada em discussão e traçamos o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica pautando-a no o método dedutivo, expresso por Gil (2008):

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. (GIL, 2008, p. 9).

Assim, com uma abordagem reflexiva e qualitativa, apresentamos alguns dos aspectos que marcam o processo educacional do Brasil no que se refere ao analfabetismo como resultante de vários indicadores inerentes a formação histórica do país.

DE UM PASSADO OBSCURO À UMA HERANÇA INDESEJADA: O ANALFABETISMO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

É certo que os processos educativos acontecem nas diferentes dimensões e fases da vida de um ser humano, como é certo também, que a escola e os seus processos educacionais têm uma função social que marca profundamente a vida de um indivíduo. Assim, como um direito humano e social, a educação aspira a promoção humana e a transformação social quando pautada na formação integral do sujeito cidadão, e, portanto, deve constituir-se como um bem público. A garantia do direito à educação impulsiona a garantia de outros direitos aos cidadãos. Portanto, não há como se negar a importância da conquista desse direito.

No Brasil esse direito foi reconhecido, apenas, na Constituição Federal de 1988 e dispõe da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 de 1996, e demais legislação educacional brasileira, para a sua efetivação. Contudo, ainda há uma divergência acentuada entre o referido e o proposto nos documentos oficiais e a realidade prática dos objetivos neles apresentados.

Nesse cenário, o Brasil se constitui em um país com uma dívida histórica para com a educação de seu povo, que é marcada por vários aspectos que condicionam o alto



índice de analfabetismo no país. Dessa forma, o direito à educação é uma realidade, mas o acesso à educação e a permanência na escola ainda são fatores marcantes de uma nação que está longe de concretizar a efetivação desse direito, de fato.

As discussões que permeiam os conceitos de alfabetização, alfabetizado, analfabeto, dentre outros relacionados a essa temática, tem sido condicionados à constantes reflexões que apresentam expressões e perspectivas que provocaram mudanças significativas com o passar dos anos no cenário social e educacional, pois, novas posturas e posicionamentos tornam possíveis a observação de que, há divergências que levam à ressignificação desses conceitos, já que, até cerca de três décadas, estes pareciam bem definidos. Assim, surgem nos espaços de discussão novos e diferentes conceitos e significações que promovem olhares e ações diferentes a determinadas circunstâncias, transformando a realidade do cerne da questão. Isso impulsiona a reflexão sobre o processo de formação das concepções iniciais até a contemporaneidade, visto que,

Até meados dos anos oitenta do século passado — portanto, até há apenas duas décadas —, as palavras alfabetização, alfabetizado, correntes na linguagem cotidiana, tinham um significado consensual entre profissionais da educação e também entre leigos: alfabetização, sabiam todos, definia-se como o processo de ensinar e/ou aprender a ler e a escrever; alfabetizado era aquele que aprendera a ler e a escrever. (SOARES, 2005, p.87)

Assim, ao traçarmos uma linha histórica da ressignificação desses conceitos, temos que, a concepção de alfabetizado estaria relacionada ao sujeito que sabia ler e escrever, isto é, decodificar códigos. Alguns anos passados, esse significado se estendeu àqueles sujeitos capazes de realizar a escritura de seu nome. E então, conforme as novas demandas sociais, novas iniciativas e considerações foram tomadas pelo censo, as pesquisas passaram a voltar-se aos sujeitos como alfabetizados considerando-se a capacidade desses em escrever “um bilhete simples”. E, há cerca de três décadas, surge o termo *analfabeto funcional*, portanto, relacionado diretamente ao nível de compreensão do escrito e ou lido.

O analfabetismo ainda é uma realidade que permeia a vida de sujeitos que estiveram alheios ao sistema de ensino, ou até mesmo que passaram por um sem as condições adequadas à efetivação de sua aprendizagem. Sabe-se que, assim, como a sociedade brasileira é dividida em classes, a educação, apesar de assegurada como um direito ao cidadão, está condicionada a disparidade entre o privilégio do poder e as



camadas populares, o que representa o atual contexto de muitos jovens e adultos que, ao serem excluídos do processo educacional diante de diversos fatores, a exemplo da conciliação entre a jornada de trabalho e a escola, uma vez que a primeira se sobrepõe à escola ou, até mesmo, a condições sociais, econômicas e culturais, que não os permitiam o acesso à educação no ensino regular. Dessa forma, algumas das principais causas de analfabetismo, estão associadas às desigualdades provenientes das origens do país, a defasagem do sistema educacional e de políticas públicas ineficientes que incidam de forma específica nas fatias da população.

O cenário político, econômico e cultural em que se alicerçou o desenvolvimento histórico do Brasil produziu uma série de aspectos que contribuem para o condicionamento do analfabetismo no país até os dias atuais. Assim, com raízes históricas e sociais, o analfabetismo se instaurou na vida de jovens e adultos de diferentes faixas etárias, gêneros, raças e localizações, dentro outros aspectos, pela desigualdade resultante do processo “originário” do país, pelos modelos antigos de educação e defasagem do sistema atual de educação. Dessa forma, muitos homens e mulheres tiveram de abandonar as salas de aulas quando ainda crianças para participarem das atividades de economia, de subsistência e no auxílio das atividades do lar, ou ainda, quando jovens, para formarem os seus próprios núcleos familiares.

O texto Constitucional assegura a educação como um direito, mas, apenas o texto não garante que o acesso à educação será efetivado. Nesse contexto, muitas histórias de vida acabam por serem marcadas pela falta de acesso e de condições de permanência na escola, e essa divergência acaba trazendo consequências para o cotidiano de muitos homens e mulheres, muitas vezes marginalizados e prejudgados:

[...] teve uma vez que fui na Caixa sozinha e lá o moço pediu pra mim assinar meu nome numa linha, só que tinha mais de uma e eu não sabia qual delas, ai assinei numa lá, mas foi na errada, ai o moço com uma cara feia falou ‘aff... vou ter que tirar tudo de novo’, ai ele me deu novamente a folha e ficou apontando e quando eu tava escrevendo, como eu faço devagarinho, ele se irritou e eu escutei ele dizendo pro moço do lado, que tem gente que não volta a estudar por preguiça. [...]. (SANTOS, 2018)

O relato desta agricultora e comerciante de 75 anos de idade revela o quanto o Brasil é estigmatizado pelo preconceito e pelas nuances da cultura patriarcal. Ela frequentou pouco a escola em decorrência da imposição de seu pai em não permiti-la continuar os estudos, isso para que ela não aprendesse a ler e escrever o suficiente para



redigir cartas para possíveis namorados. Com o passar dos anos, foi se envergonhando cada dia mais por saber escrever apenas o seu nome completo e a fazer simples cálculos mentais e isso a fez criar um bloqueio quanto ao seu possível retorno às salas de aulas.

Considerando as consequências provenientes do contexto histórico brasileiro, no que se refere ao condicionante analfabetismo, é pertinente a reflexão acerca de todo processo de lutas advindas de educadores, grupos organizados e demais setores sociais que persistiram e ainda persistem na realização governamental de políticas públicas de valorização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA,

[...] na EJA, não cabe outra senão a perspectiva de uma escola emancipatória, que considera o conhecimento como um dos componentes fundantes da consciência crítica. Embora isto esteja muito distante da nossa realidade, consideramos ser o horizonte formativo a ser perseguido [...]. (MACHADO, 2016, p. 433)

Nesse sentido, proporcionar a compreensão de que a EJA se concretiza como uma oportunidade de retorno ao processo educacional e de acesso ao ambiente escolar, é conceder àqueles que, no período regular não usufruíram da escolarização em sua plenitude, de forma geral ou parcial, a possibilidade de recomeçar, e compreender que a escola é um espaço de construção de identidade, saberes e práticas e é nessa convivência com outro que as experiências se fazem tão importantes na vida desses sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De percurso histórico longo, a luta das camadas populares por uma educação justa e de qualidade é recorrente e suas conquistas recentes, o que implica afirmar que é necessário que haja persistência para que novas ações e políticas públicas sejam alcançadas e favoreçam a efetivação do cumprimento do direito educacional como um todo. Nesse contexto, considerando o descaso ainda característico do cenário da educação de jovens e adultos no Brasil, que é refletido em diversas partes do país, é evidente que a EJA ainda é uma modalidade desfavorecida e que, portanto, não obtém sucesso, muitas vezes, no soerguimento da autoestima, da dignidade e fortalecimento da identidade do sujeito educando, e, por consequência, no desenvolvimento de sua capacidade de luta particular na busca pelos seus ideais e defesa dos seus direitos de forma consciente e crítica.



A procura por essa modalidade de educação, muitas vezes, tem apenas o objetivo da obtenção da certificação de conclusão da educação básica, o que acontece, em muitos casos, para fins trabalhistas, como requisição do mercado de trabalho. Contudo, para além dessa perspectiva, o espaço escolar tem função de fomentar a formação de sujeitos críticos e ativos, e para a transformação de suas realidades. (MACHADO, 2016). Assim, quando as atividades se adequam às necessidades dos educandos, a aprendizagem se concretiza de maneira significativa, permitindo que o sujeito consiga olhar sensivelmente para o seu entorno. Nesse contexto, novas habilidades se concretizam e a aprendizagem ganha maiores possibilidades de se efetivar, contribuindo para a formação integral do sujeito.

Muitas conquistas foram alcançadas e barreiras quebradas na educação do Brasil. Contudo, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados. No que se refere a EJA, destacamos que essa é uma modalidade de educação que possui especificidades próprias e, portanto, no tocante ao processo de ensino e aprendizagem, enfrenta diversas dificuldades que lhe são também particulares. Isso porque baseia a realização do processo educacional no contexto concreto das condições de vida dos educandos. Nesse cenário, a alfabetização emerge da constante busca, por parte dos educadores, de metodologias e estratégias que permitam o enfrentamento e o ganho sobre essas dificuldades e o estreitamento entre o desejado, pensado, planejado, e o possível, realizável, enfatizando sempre que a educação é um direito de todos e não desconsiderando que para a efetivação desse direito são necessárias condições adequadas.

Não diferente do ensino regular, o ensino na EJA enfrenta as limitações impostas pelas dimensões espaço e tempo, pois, considerando que a maior parte dos educandos possui uma jornada de trabalho diurna, a oferta do ensino da EJA ocorre, na maioria dos casos, no turno da noite, em salas de aulas de escolas que atendem nos turnos matutino e vespertino a alunos do ensino regular. Dessa forma, além de não terem um espaço que expresse sua identidade, já que as salas são pensadas para os alunos do ensino regular, os educandos da EJA sofrem com o reduzido horário de aula, já que estas têm, em média, entre duas horas e duas horas e meia de duração. Dessa forma, dez horas semanais se tornam insuficientes para a concretização de um efetivo processo de alfabetização.



No tocante ao processo pedagógico, muitos educadores ainda persistem em utilizar práticas, posturas, métodos, atividades, etc., características do ensino regular para tentarem alfabetizar os educandos da EJA, por vezes, infantilizando as etapas desse processo. Em contrapartida, há ainda aqueles profissionais inflexíveis, rígidos, que acabam, por vezes, em desconsiderar as vivências e saberes dos educandos, buscando cumprir apenas o determinado institucionalmente. Em muitos casos, também, esse profissionais não possuem formação adequada para atender ao público da EJA e suas particularidades. É nesse cenário também, que o uso de materiais didáticos não específicos aparece como uma dificuldade a ser enfrentada no processo de alfabetização dos educandos dessa modalidade.

A falta de motivação em continuar a estudar (por inúmeros fatores); a exaustão por consequência de uma rotina marcada pela jornada de trabalho, seja em empregos formais, não formais, ou em trabalhos domésticos, cuidados da casa, da família, etc.; a insegurança e o medo do fracasso, a baixa autoestima; a falta de tempo para o descanso e o lazer; são fatores que se concretizam dificuldades no processo de alfabetização dos educandos da EJA, e, por vezes, acabam por contribuir para a evasão dos alunos dessa modalidade, seja ela parcial ou total. Assim, cuidar e considerar as particularidades do ser do educando também é um dos maiores desafios a serem vencidos.

Assim, percebemos que, como uma herança indesejada, o analfabetismo ainda se apresenta em alto índice no Brasil embasado por diversos fatores que permeiam desde a formação dos profissionais de educação, às desigualdades sociais características do país, a falta de políticas públicas e educacionais capazes de garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade. Esse fato pode e é evidenciado nas taxas de analfabetismo expressas no site do IBGE Educa:

TAXA DE ANALFANBETISMO NO BRASIL COM PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS- 2019	
REGIÃO	PORCENTAGEM
Brasil	6,6%
Nordeste	13,9%



Norte	7,6%
Centro-oeste	4,9%
Sudeste	3,3%
Sul	3,3%

Fonte: IBGE/Pnad contínua (2019)

Ao considerar a desigualdade social como um dos aspectos que mais contribuem para o analfabetismo no Brasil, percebemos que as desigualdades regionais expressam significativamente esse indicador, historicamente, marca da construção do país. Como expresso em porcentagens, as Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores taxas de analfabetismo. Tudo isso nos leva a reafirmar o quanto fatores como os econômicos, sociais e culturais, promovem o alto índice de analfabetismo, visto que, as regiões com maior taxa de analfabetismo são as mais acometidas pela ausência de acesso aos serviços básicos de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 concede a todos a educação como um direito e, por meio da legislação, busca resguardar a concretização desse direito. Entretanto, o acesso à educação e a permanência de muitos sujeitos na escola ainda é uma realidade que está distante da vivida por muitos brasileiros. Esse fato remete a várias circunstâncias que marcaram o processo histórico do país e que, até hoje, deixou marcas profundas nos cenários educacionais, econômicos, culturais e sociais. Nesse sentido, fica ainda mais evidente o quanto a educação se faz instrumento importante para a emancipação do sujeito, para a promoção humana e para o crescimento de um país como um todo. Quando pensamos nas barreiras que o não acesso à educação trouxe para a vida de muitos homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, percebemos o quanto o país deixou de ganhar pela não efetivação da cidadania.



Quando a educação não é a prioridade de um país, o seu povo não é também sua prioridade. Pois, se a educação é garantida, outros direitos são, inevitavelmente, levados a também serem garantidos. E a história de vida da agricultora e comerciante citada aqui é reflexo desse agravante. Retirada da sala de aula quando ainda criança, cresceu limitada a garantir os seus direitos pela ética e boa vontade de outros, teve a comunicação limitada e os “horizontes” limitados, visto que passou a deixar de agir por vergonha de não ser alfabetizada. É nessa vertente que percebemos também o quanto o analfabetismo se faz barreira eminente para o exercício pleno da cidadania.

Nos quatro cantos do país podemos identificar vários aspectos que contribuem para o condicionamento do analfabetismo no Brasil, dos quais, a desigualdade social se faz como um dos mais intensos e que é reflexo de um passado obscuro, marcado por exclusões. Nesse sentido, as oportunidades educacionais oferecidas, em muitos casos, ainda não são embasadas na equidade, desconsiderando as particularidades de sujeitos, locais e regiões. Muitos alunos acabam por abandonar a escola quando ainda crianças para ingressar no mundo do trabalho, para cuidar de suas famílias, tudo em decorrência da ausência de oportunidades possíveis por uma educação de qualidade.

A Educação de Jovens e Adultos tem papel fundamental para a concretização do direito à educação, sendo fulcral para o combate ao analfabetismo e, por consequência, para a transformação da realidade de vários sujeitos em todas as suas instâncias. Por isso, olhar para a EJA com a importância que esta modalidade tem é contribuir para que o cenário da educação brasileira continue a ter novas conquistas e cresça no sentido de fomentar a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AGLIARDI, Delcio Antônio. **Legislação e políticas públicas de EJA**. IN Caderno de EJA / org. Nilda Stecanela. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2013

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos Após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020176210da86225937055dc371fc6d9/EJA_20_anos_depois_da_LDBE N.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020176210da86225937055dc371fc6d9/EJA_20_anos_depois_da_LDBE_N.pdf)



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL

SILVA, Ivanilda Maria da. SILVA, Maria José Araújo da. **Entrevista realizada para a construção de texto, parte da atividade avaliativa da disciplina Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos.** Pedagogia 2018.2. UFPB, Campus IV.

SOARES, Magda. **Alfabetização: A ressignificação do conceito.** Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.